

Vozes das Comunidades

Um jornal feito
pelas comunidades
a serviço
das comunidades

Setembro de 2010 ■ Ano V ■ Nº 06

A disputa pela Barra da Tijuca

An aerial photograph of the Barra da Tijuca favela in Rio de Janeiro, Brazil. The image shows a dense cluster of colorful, multi-story buildings built on a hillside. In the background, there are modern high-rise apartment buildings and a large green area with a winding road. The foreground shows a grassy area and a road.

Um passeio pela produção cultural de favelas cariocas: teatro, funk, museu
Página 3

Moradores de áreas valorizadas enfrentam ameaça de remoção
Páginas 5, 6 e 7

A cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil
Página 10

Vozes das Comunidades vota a favor do limite da propriedade da terra
Página 11

Comunicação Popular

A luta pela moradia é uma luta anticapitalista

"A luta pela moradia desconstrói os valores capitalistas". A afirmação é de Lurdinha, moradora da ocupação urbana Manoel Congo, no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

A ocupação abriga 42 famílias, mas ainda não conseguiu sua legalização. Seus moradores têm dificuldade de conseguir emprego, por causa da discriminação. O programa de geração de emprego e renda que poderia ajudar a resolver o problema de trabalho, só pode ser implantado após a legalização.

"Um dos piores problemas sociais é a exclusão das pessoas do direito à moradia. O sistema capitalista em que a gente vive desconhece o nosso direito. Se você tem o dinheiro na mão pode comprar." Esse sistema, "onde a gente vale pelo que

tem, faz quem não tem pensar que não pode obter aquilo a que tem direito".

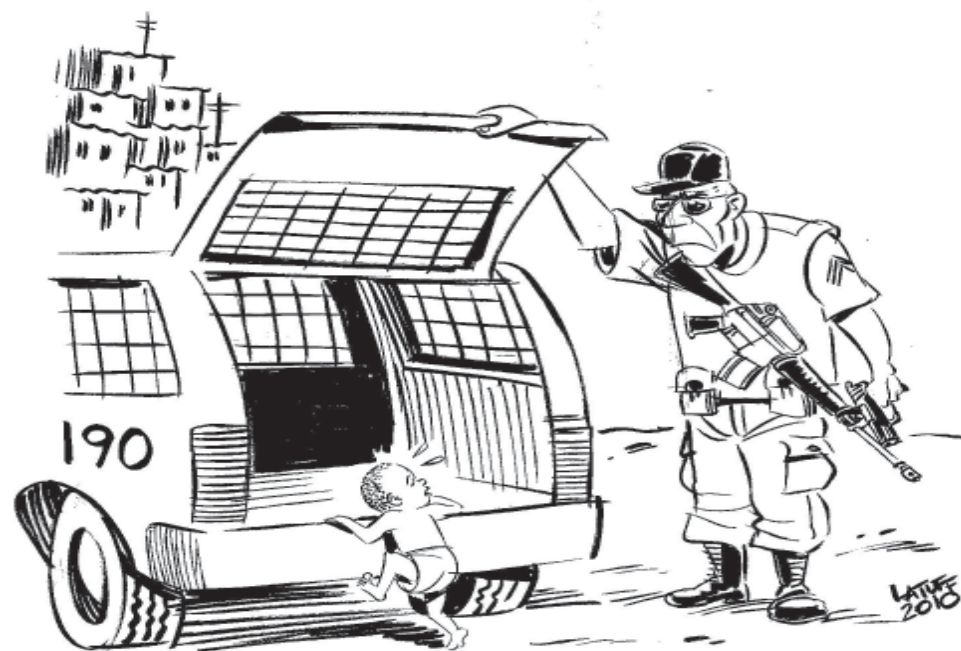
A Constituição Federal afirma o direito do cidadão à moradia. Para Nelson Saule Júnior, professor de Direitos Humanos da PUC-SP, "a dignidade da pessoa humana" como define a Constituição, só estará garantida "quando os componentes de uma moradia adequada forem reconhecidos pelo Poder Público".

Esses componentes são: "segurança jurídica da posse, disponibilidade de serviços e infra-estrutura, custos da moradia acessível, condições de morar, acesso fácil localização e adequação cultural". Ou seja, na lei esse direito já está garantido. Mas a prática do Estado é outra.

Leia mais sobre moradia nas páginas 5, 6 e 7 deste jornal.

Infância

Não queremos a redução da idade penal



PARA REFLETIR

"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar."

Nelson Mandela

Religião

Todas as crenças precisam ser respeitadas para que o mundo viva em paz

Por Gizele Martins

A religião, do latino "re-ligare", que significa "religação" com o divino, em muitos momentos na história da humanidade teve papel decisivo tanto de construção, quanto de destruição. Muitos conflitos e guerras tiveram origem em conflitos religiosos.

Hoje, algumas das religiões mais antigas desaparecem. É visível isso dentro das favelas cariocas. Há aproximadamente dez anos, o número de terrei-

ros de umbanda e candomblé, dentre outras religiões africanas, era bem maior. Já outras aparecem e com grande força. As igrejas evangélicas tomam conta desses antigos espaços.

As religiões carregam em seu discurso a "verdade absoluta". Isso pode ser perigoso e levar a disputas religiosas e à criminalização de outras religiões.

A religião é um fenômeno que sempre existiu na história da humanidade. O que significa que o respeito e a atenção a cada uma delas é preciso.

As religiões que vieram da África

Por Ana Bartira

A tradição da religião afrobrasileira é parte do legado deixado por homens e mulheres africanas que contribuíram de forma significativa para a construção do país em que todos nós vivemos: negros e brancos, ricos e pobres, espíritas, pentecostais, católicos, ateus.

Os terreiros de candomblé e umbanda

são lugares de acolhimento e cuidado do indivíduo. O saber da cura no terreiro é mantido e recriado pelas gerações.

Nesse saber, há uma medicina tradicional praticada por não médicos, mas por adeptos da religião. Ela consiste em um conjunto de saberes e poderes no âmbito do sagrado e forças da natureza que sempre têm como ponto de partida o conhecimento e respeito aos antepassados.

EXPEDIENTE – Setembro de 2010

Vozes das Comunidades

Jornal do Curso de Comunicação Popular e Comunitária do NPC
Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (21) 2220-5618 // 9923-1093

Edição: Claudia Santiago - **Diagramação:** Daniel Costa

Agradecimentos: Ana Lúcia Vaz - Adriana Facina - Arthur William
Brunto Zornitta - Gustavo Barreto - Guilherme Marques - Maria Lúcia Pontes
Marília Gonçalves - Maurício Campos - Marina Schneider
Reginaldo Moraes - Sheila Jacob - Vito Giannotti

Apoio: Fundação Rosa Luxemburgo e Sindicato dos Engenheiros (RJ)

Equipe: Adriana M. dos Santos - Alan Tygel - Alan Barcelos - Alexander Ferreira
Altair Guimarães - Ana Bartira - Arley Macedo - Beatriz C. Reis - Carla Romão
Claudia Santiago - Charlene Paula dos Santos - Cristiano Magalhães - Daiana da Silva
Dalva da Silva - Diego da Conceição - Eliete Rosa - Fabrício Bonecini
Gizele Martins - Guaraci dos Santos - Jane Nascimento - José Jorge de Oliveira
Kenia Santos - Leandro Bonecini - Manuela Lima Green - Marco de Abreu
Maria Zélia Dazzi - Mário de L. Alves - MC Fiel - Noemia Caetano - Paulo de Oliveira
Rafael Lopes - Ramon T. Araujo - Rosana Almeida Franklin
Rosângela Almeida Barcelos - Tatiana Lima - Vera Lúcia - Vilde Dorian

BRASIL TERRA DE MIL MÚSICAS: a periferia pede passagem e vai entrando

Cultura, para quem?

**Quem faz cultura na favela?
E a cultura vendida na favela,
pra quem é?**

Existe uma grande repressão a todo tipo de cultura e arte produzida nas favelas e periferias do país. Este tratamento não se dá por preconceito de alguns setores da sociedade. Nem dos meios de comunicação, que são os principais divulgadores da cultura no país. É, principalmente, uma política de Estado. Os governos têm preferido tratar a favela, e tudo dentro dela, como problema de segurança pública.

Segundo o Dicionário Aurélio adaptar pode ter diferentes significados. Pode ser "Pôr em harmonia, em conformidade: adaptar a linguagem ao tema". Mas também pode ser "Aplicar convenientemente: adaptar os meios ao fim. Acomodar-se, conformar-se: adaptar-se às circunstâncias". A cultura quando se adapta corre o risco de perder a identidade.

Mas há outro lado nessa moeda. Não podemos dizer que não há nenhum tipo de reconhecimento da "cultura do morro". A favela é muitas vezes associada à "cultura de raiz", berço do samba e da cultura brasileira. Mas para que chegue ao asfalto, tem que ser adaptada.



Espectáculo da Cia Marginal, na Maré

O que é preciso para que a cultura da favela se adapte ao asfalto?

É preciso que ela "combine convenientemente" com os consumidores do asfalto, com a vida, com o cotidiano, com a moral do asfalto...

O resultado disso é a marginalização e a criminalização da cultura da favela. Os bailes funk são tratados como caso de polícia, os MC's como baderneiros. Toda a expressão artística da favela terá sempre o "selo de marginalização", ou seja, origem garantida e qualidade duvidosa. Um gru-

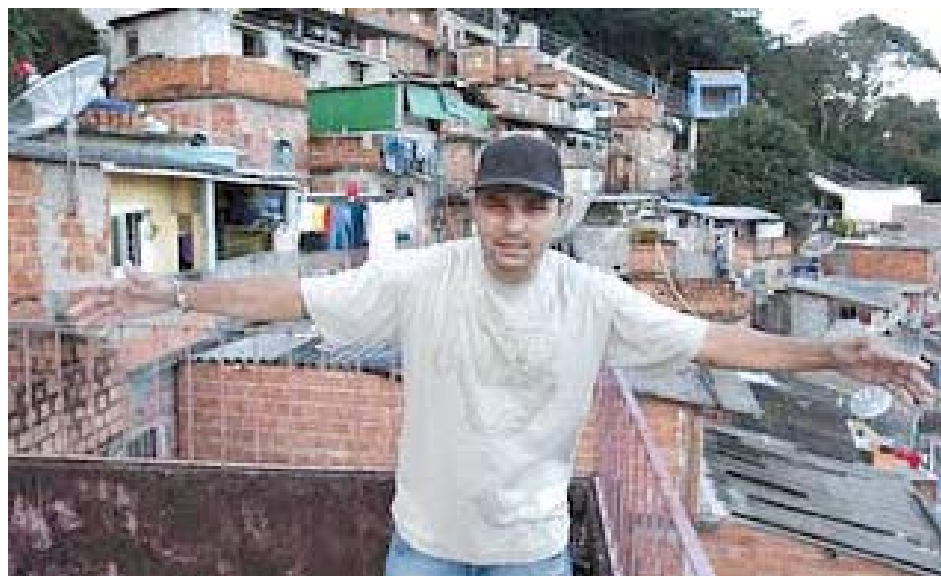
po de teatro que trate das questões de sua comunidade será sempre um Grupo de Teatro da Favela, e não um Grupo de Teatro.

ONTEM O SAMBA, HOJE O FUNK. O Estado brasileiro tem se descomprometido em garantir espaços de produção, divulgação e de referência da dessa cultura marginal. Nem hoje, nem só ontem, mas ao longo da nossa história. O samba e a capoeira ganharam o mundo como símbolo da cultura brasileira. Mas foram muito reprimidos e marginalizados durante muito tempo. O mesmo acontece com o funk hoje.

NA FAVELA PARA A FAVELA: VISÃO FAVELA BRASIL

Visão Favela Brasil é uma iniciativa do rapper e cineasta MC Fiell, 31 anos e morador da Favela Santa Marta, na Zona Sul do Rio de Janeiro. A ideia é reunir diferentes iniciativas e grupos que coloquem a favela no centro de seu debate, seja através da música, do cinema, do jornalismo ou outro meio qualquer.

Fiell diz retratar sua realidade através do RAP, identificado com sua natureza de protesto. Na favela ensina a desenvolver a poesia no projeto "Pipa Avoada". Por um lado para ocupar o tempo da criançada, por outro porque é importante formar um público para o Hip Hop. O curta 788 (Mc Fiell/2009), de sua autoria, já recebeu dois prêmios em diferentes festivais e é representante do ideal do Visão Favela Brasil. A rádio Santa Marta foi inaugurada oficialmente no dia 31.08.2010.



MC Fiell, no Santa Marta

MUSEU DA MARÉ

Um espaço de memória. Um museu para resgatar a história, não para levar artistas do mundo para dentro da favela, mas sim para realçar o que já existe lá.

Tome nota: Av. Guilherme Maxwel, 26 - Bonsucesso - Rio de Janeiro - Em frente ao SESI.

Opinião

A cultura na Vila Autódromo

Por Charlene de Paula

Foi preciso pouco tempo na simpática comunidade da Vila Autódromo, na Barra da Tijuca, para vermos a carência de manifestações culturais no local. É um lugar onde as autoridades só entram de quatro em quatro anos e, quando entram, é para remover ou tentar remover as pessoas. É lugar de gente humilde e hospitaleira que resiste bravamente aos conflitos com o governo do Estado e com a Prefeitura.

O único lazer é a quadra de futebol que fica na Associação de Moradores. Ao conversar com algumas pessoas, contatamos que muitos ali nunca foram ao teatro ou ao cinema. Os motivos são vários. O principal é o preço dos ingressos e o alto preço do transporte público. Essas duas coisas fazem com que os moradores fiquem em suas casas assistindo TV.

Sobre a televisão

A televisão não contribui em nada com a cultura. Pode-se até dizer que é um veículo anti-cultural que, infelizmente, é um dos prazeres do povo, para não dizer que é o único meio de entretenimento da classe trabalhadora.

Meios alternativos

As comunidades vêm bravamente tentando superar a falta de manifestações culturais e procurando meios que preencham essa lacuna. Na Vila Autódromo, o senhor Luís Carlos Silva, que trabalha com teatro há 12 anos, e faz apresentações na comunidade.

Em grande parte das comunidades há pessoas que doam seu tempo e disposição para o bem comum. São pessoas que encontram tempo e disposição para colaborar com a cultura em suas comunidades. Parabéns

a todos os que gentilmente contribuem com a formação da identidade nas comunidades.



Charlene de Paula

Educação

Estudar pode ser uma aventura para quem mora em favela

Falta de verbas, má formação e escolas em meio ao bang-bang entre policiais e traficantes são alguns dos problemas que os moradores das favelas encontram para formar seus filhos. Todo mundo concorda que Educação é um problema sério, mas alguém nos pergunta: o que achamos da educação que nós e nossos filhos recebemos?

A verba do governo é pouca e as condições de trabalho não são favoráveis. Nessas condições de trabalho, a única coisa que segura os professores na escola é o amor ao ensino. Para a professora Gernilda Maria, que trabalha há 42 anos em escolas, o que mais incomoda é a falta de políticas de alfabetização. Este, segundo ela, é o primeiro passo para a construção da cidadania. Gernilda alerta que, para melhorar a educação no país, tem-se que melhorar os salários das professoras e dos professores.

A guerra contra a Escola

As escolas que ficam dentro das favelas se tornam alvo fácil nos tiroteios entre o tráfico e a polícia, ou entre facções do

tráfico. Essa é a maior preocupação de Rosângela, mãe de Ramon Martins, aluno da Escola Municipal Canadá, no Morro do São Carlos. Os alunos ficam expostos. Se o conflito for anunciado, a escola não abre e as crianças perdem um dia ou dois de aula. Se for no horário de entrada ou saída, as crianças ficam presas na escola até o fim da operação.

Falta transporte

Enquanto uns sofrem com a Escola dentro da comunidade, outros sofrem com sua distância. Na Vila Autódromo, Barra da Tijuca, não há tráfico. Mas faltam creches, escolas, programas de educação para jovens e adultos e atividades culturais nos arredores. Mas ir de ônibus para

a escola pode significar ficar no ponto até uma hora. Isto se o ônibus parar!

Falta motivação

Alunas e alunos que estudam na Vila Moreti, em Bangu, reclamam dos professores. Wilda, 16 anos, diz que não explicam. Crisciele, 16 anos, completa dizendo que não se preocupam em saber se o aluno está entendendo ou não a matéria. Alunos e alunas também criticam a bagunça que muitos deles fazem na escola. Para Carlos, 14 anos, a escola é muita chata, pois não tem nada pra fazer. Olhar pra quem ensina, oferecendo melhores condições de ensino é um dos desafios para criar uma escola onde todos queiram estar.

Uma outra educação

Núcleo da UFRJ promove curso de Comunicação na Cidade de Deus

Por Marília Gonçalves*

Desde maio o Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ realiza na Cidade de Deus um curso de extensão sobre análise crítica da mídia e comunicação comunitária. A ideia do curso surgiu da necessidade de refletir sobre que mídia queremos produzir, desde a criação do Portal Comunitário da Cidade de Deus, site que reúne diversas instituições da comunidade.

A turma, com cerca de 30 pessoas, já teve aulas de história do Brasil, com César Queiroz Benjamin, e redação, com Claudia Santiago, além de oficinas de pauta e produção de matérias.

Ao final do curso será produzido um jornal experimental com as matérias produzidas pelos alunos. O jornal terá o mesmo nome do curso: *A Notícia por quem vive*. Para mais informações envie e-mail para comunicacao_soltec@yahoo.com.br. Conheça o Portal Comunitário da CDD: www.cidadededeus.org.br.

* Marília é jornalista convidada

Como combater os preconceitos entre os alunos

O que é belo hoje pode ser feio amanhã. O belo depende dos olhos de cada um

Os casos de *bullying* crescem mais e mais nas escolas e não escolhem cor ou classe social para acontecer. São caracterizados pelo desrespeito que se tem contra alunos e alunas que não obedecem aos padrões de beleza ditados pela nossa sociedade. Sofrem discriminação por serem altos ou baixos demais, gordos ou magros demais, terem o cabelo assim ou assado, enfim...

Estas situações são agravadas pela falta de preparado da equipe escolar de tratar do tema da diversidade. As crianças podem ser ensinadas que o belo é algo transitório.

No século XVII as mulheres rechonchudas eram consideradas bo-

nitais. Cada sociedade tem uma definição diferente para beleza. Então, é burrice querer enquadrar as pessoas em um determinado padrão.

A desvalorização não acontece apenas com indivíduos. Ela se dá também com determinados grupos sociais. Algo corriqueiro é que, ao não conhecer a riqueza e beleza da cultura negra, se cria o estigma do negro como algo feio e ruim. Isto foi criado pela escravidão.

A tentativa de mudança desta mentalidade vem com a lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro nas instituições de ensino e nos dá possibilidade de conhecer a cultura negra como algo belo e rico.



FOTO: AG. BRASIL

Luta pela moradia

Uma vida de resistência

Zélia lutou contra ditadura e hoje enfrenta a remoção

Zélia Dazzi é piauiense e está no Rio desde 1960. Veio visitar parentes, mas acabou ficando.

Em 1966 foi morar no Arroio Pavuna, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Na época, o local tinha uma exuberante beleza natural, e era frequentado por pescadores da Lagoa de Jacarepaguá.

Hoje, a situação mudou: Zélia está na frente de batalha pela permanência das casas da região. Os moradores estão ameaçados pelas obras que supostamente vão preparar o Rio para os megaventos dos próximos anos. Perguntamos a Zélia se o Pan-americano de 2007 deixou algum legado. "Nada. O Maria Lenk vive fechado, e a arena multiuso foi privatizada".

A militância na vida de Zélia não é novidade. Durante a ditadura, esteve na manifestação no Calabouço, que resultou na morte do estudante Edson Luiz, e também na passeata dos 100 mil, ao lado de

vários artistas. Hoje, a luta é pelo direito à moradia, garantido na Constituição, mas negado a uma grande parte da população carioca.

Os problemas habitacionais na região do Arroio Pavuna começaram em 2006, quando algumas casas da comunidade foram destruídas. A desculpa era o Pan-americano, mas o espaço foi usado para a construção de um acesso ao condomínio Rio 2.

A primeira na lista de remoção

Hoje, a ameaça vem com a bandeira olímpica. A casa de Zélia encabeça a lista

de desapropriações por conta da Transcarioca, via que pretende ligar a Barra à Penha. A obra ainda depende de uma autorização do INEA - Instituto Estadual do Ambiente.

Outra via que será construída é a Transolímpica. Esta vai desalojar outras comunidades no entorno, como Azaléia e Oiteiro. O detalhe é que ninguém ainda recebeu carta de despejo; só sabem pelo jornal. Zélia já recebeu ligações e até visitas de supostos representantes da Prefeitura. Mas garante que não vai se intimidar, e vai lutar junto com a comunidade para permanecer.

Zélia ainda se lembra da passeata dos 100 mil, recheada de jovens artistas. Ela inclusive aparece ao lado de Chico e Caetano, mas reclama que sempre é cortada da foto. Perguntada sobre a falta de artistas famosos nas manifestações populares de hoje, Zélia diz que seria positivo: "No mínimo o povo viria para ver os artistas", brinca. Marcelo Yuka e Tico Santa Cruz são uns dos poucos que aparecem em algumas manifestações. "Os que participavam na época da ditadura eram jovens; hoje desapareceram do cenário político e artistas novos não ocuparam o espaço".

FOTO: CLAUDIA SANTIAGO



Movimento União Popular reúne comunidades da Zona Oeste

Ela é do MUP

Além de presidente da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Arroio Pavuna, Zélia participa do Conselho Popular e do MUP - Movimento União Popular.

O MUP teve seu início em 2002 numa grande assembleia na paróquia de São Sebastião no Largo de Vargem Grande, com participação de mais de 1000 moradores das comunidades do entorno. Foi quando a população demonstrou a necessidade da criação de um movimento social organizado para lutar por seus direitos à terra e moradia.

Além da luta pela moradia, o MUP briga hoje pela despoluição da lagoa de Jacarepaguá. Hoje não se pode mais pescar nela; está contaminada. Existem diversas indústrias farmacêuticas no entorno, e condomínios des-

pejam esgoto, diretamente na lagoa. E ainda por cima, os moradores do Arroio Pavuna é que são responsabilizados por crimes ambientais, mas usam filtros nos esgotos.

Zélia finaliza comentando a importância de estudar comunicação popular nos movimentos sociais. Segundo ela, serve ao esclarecimento próprio e da população, e melhora a maneira de se comunicar.

Tem até a intenção de fazer um jornal para o Conselho Popular. "Seria importante divulgar direitos, leis e coisas que não saem na mídia convencional."

Luta pela moradia

Lei é clara: remoção só em último caso e para locais próximos

Em Madureira, a favela de Vila das Torres está sendo demolida para construção de um parque. Na Zona Sul, a alegação da Prefeitura é que se trata de área de risco. As desculpas variam, mas o desrespeito ao direito de moradia da população pobre é o mesmo.

A Prefeitura decretou a desapropriação de 3.630 imóveis na região de Jacarepaguá, Madureira, Vicente de Carvalho e Brás de Pina. O motivo alegado é a construção da Transcarioca, via exclusiva para ônibus que ligará a Barra da Tijuca à Penha.

Há ainda a Transolímpica e a Transoeste, outras vias expressas que preparam a cidade para as Olimpíadas, que ameaçam de remoção várias comunidades no Recreio e Jacarepaguá. Em Madureira, a favela de Vila das Torres está sendo demolida para construção de um parque.

Do outro lado da cidade, as casas da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, também estão sendo demolidas. Na Zona Sul, a alegação da Prefeitura é que se trata de área de risco. As desculpas variam, mas o desrespeito ao direito de moradia da população pobre é o mesmo.

Demolição em Madureira

Em Vila Torres, Madureira, a demolição de casas pela Prefeitura do Rio de Janeiro transformou a região em área de risco, segundo Eraldo de Oliveira Rosa, da Associação de Moradores de Vila Torres, em Madureira. “Tem lugar que é muita casa quebrada e entulho largado. Isso

tudo acaba atraindo ratos e outros perigos.”

Alguns moradores foram indenizados ou receberam apartamentos. Outros continuam em suas casas, sob pressão, numa área destruída pela ação da prefeitura. “Aqui você não tem tráfico de drogas, as crianças ficavam nas ruas até tarde antes de começarem a demolir as casas”, desabafa Eraldo. A desculpa da Prefeitura é um projeto de parque.

O primeiro contato do prefeito com os moradores da comunidade foi feito em dezembro do ano passado. Um verdadeiro show, segundo Eraldo, para apresentação do projeto, com direito a telão e tudo. Os moradores estavam apreensivos, mas o prefeito garantiu: “Vocês podem dormir tranquilos, porque ninguém vai sair de Madureira”. A comemoração dos moradores “parecia um gol do Flamengo”. A Prefeitura também prometeu que a associação acompanharia os moradores na negociação.

A partir de maio deste ano, as remoções começaram, seguindo uma lógica bem diferente. O elo com a associação foi quebrado nos primeiros dias, porque os valores eram muito baixos e a pressão sobre os moradores, muito grande.

As indenizações não seguem nenhum critério técnico. “Houve ofertas acima de R\$ 55 mil, e tem casas boas avaliadas em R\$ 10 mil, R\$ 8 mil”, comenta o presidente da Associação.

Na primeira semana de junho, quebraram as primeiras casas. Os apartamentos oferecidos são em Realengo, num condomínio com apenas 290 unidades. As crianças que foram para lá estão sem escola. Cerca de trezentas casas já foram demolidas, em Vila Torres, e outras 500 famílias aguardam em meio aos escombros e ameaças. “Ameaçam que não vão pagar mais, que vai pagar em juízo, que vai pedir uma reintegração de posse.”

Quem recebe indenização tem 10 dias para desocupar o imóvel. “Como comprar

casa sem dinheiro? E se não desocupar eles vêm com a polícia ameaçando recolher os móveis para o depósito. Cheios de autoridade!”, protesta Eraldo. A Prefeitura também não oferece qualquer documento aos desapropriados. E o parque? Ninguém sabe dele. “A defensoria pediu esse projeto e eles não mandaram. O Ministério Público e outros órgãos também pediram e eles não mandaram.”

“Nossa luta é para que a Prefeitura respeite a lei orgânica 429: só remover em último caso, e para local próximo, numa casa igual (ou melhor) a que a pessoa residia”, afirma Eraldo. “Se conhecêssemos o Conselho Popular e a Pastoral antes, não teríamos deixado a prefeitura marcar nossas casas!”

Santa Marta:

Moradores temem que morro vire moradia para os ricos

Na Favela Santa Marta, em Botafogo, a pressão é econômica. Ocupada há quase dois anos pela UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), o local foi valorizado e muitos moradores sentem dificuldade de se manter no local. O preço dos aluguéis subiu. Surgiu a taxa de luz e, em breve, deve surgir a taxa de água.

Por enquanto, a taxa de luz cobrada pela Light é fixa, independente do consumo. São 70 reais que pesam no orçamento de muitas famílias. “Estamos com dificuldade. É um dinheiro que eu podia estar gastando com a alimentação da família”, lamenta Leandro Serafim, 27 anos, que mora com a mulher e quatro filhos. “A situação vai ficar cada vez pior com a promessa de outras taxas”, se preocupa Leandro. Alguns moradores já pagam IPTU e brevemente pagarão água.

A situação é a mesma na Providência e em outras favelas ocupadas pela UPP. A comunidade concorda que deve pagar os tributos, mas eles precisam ser discutidos com a comunidade para que seja adequado à realidade das pessoas. De outro modo, a tendência é a expulsão dos antigos moradores, pobres, para transformar o morro em moradia de rico.



A cobiçada vista do morro



FOTO: MANUELA GREEN

Fantasma da remoção: Há 50 anos assustando moradores de favelas

Prefeitura remove os pobres para aumentar o lucro dos ricos

As moradias da classe trabalhadora em terras valorizadas pela beleza natural atrapalham o interesse do capital. Motivo pelo qual a urbanização não tem chegado em várias comunidades que não estão em áreas de risco, mas ocupam terras que estão sendo alvo do interesse da iniciativa privada em acordo com alguns órgãos governamentais.

Altair Guimarães, presidente da Associação dos Moradores da Vila Autódromo afirma que a comunidade precisa de infra-estrutura e saneamento básico. “A Prefeitura prefere se dedicar a remover todos os moradores, do que melhorar sua qualidade de vida, mesmo contra a grande resistência que temos mostrado durante tanto tempo”, afirma.

A Prefeitura alega que a remoção da Vila Autódromo, que fica próxima dos muros do Autódromo, será feita porque a região faz parte do “perímetro de segurança” para os Jogos Olímpicos. Mas, se-

gundo Altair, há mais de 16 anos a comunidade sofre com tentativas de remoção

Por trás, estão os grupos e pessoas interessadas na exploração imobiliária da região, cercada de condomínios de luxo. Os moradores da Vila Azaléia descobriram, pela internet, que a Transolímpica passará na área onde fica a comunidade.

Altair já enfrentou outras remoções. Nos anos 60, foi removido de uma comunidade no Leblon, Jardim de Alah, para a Cidade de Deus. Para a construção da Linha Amarela, de novo o expulsaram de sua casa. Está na Vila Autódromo há mais de 15 anos.

A volta do fantasma da remoção

A política atual da Prefeitura ameaça os moradores. Muitos ficam em pânico, sem saber se chegarão do trabalho e encontrarão suas casas no lugar e seus filhos em casa.

Os projetos não são discutidos com a comunidade. Muitas vezes, as informações só chegam pela mídia ou com os repórteres. Quando a prefeitura percebe que a socieda-

de civil está mobilizada, faz de tudo pra desmobilizar e enfraquecer o movimento.

Essa política do medo tem sido combatida com muita organização. No Rio de Janeiro, a truculência da Prefeitura levou o Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro a entrar com ação contra o Município. A ação é contra a demolição arbitrária das casas na Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana.

Houve invasão de imóveis habitados, além de danos em casas geminadas, acúmulo de entulho e resíduo de obras, queda de pedras, risco de desabamentos e corte de fornecimento de serviços básicos. Com a ação, os moradores da Ladeira dos Tabajaras conseguiram interromper, pelo menos temporariamente, a destruição de suas casas.

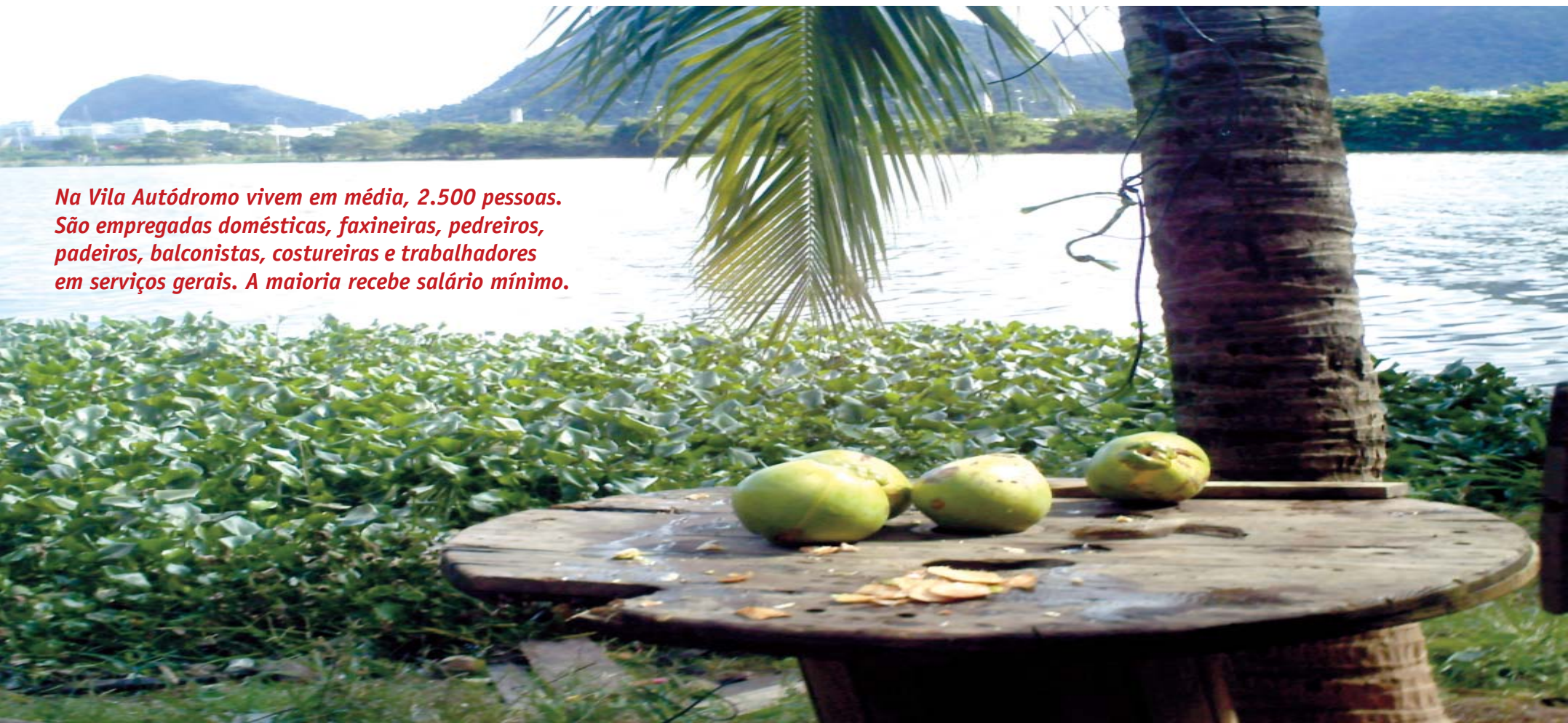
Em São Paulo, a frente em defesa do Plano Diretor conseguiu, em 1ª instância, a invalidação do projeto de lei que a prefeitura tentava impor. A decisão obriga a prefeitura de São Paulo a debater o assunto com a população.



FOTOS: JANE NASCIMENTO

Altair Guimarães - Vila Autódromo

Na Vila Autódromo vivem em média, 2.500 pessoas. São empregadas domésticas, faxineiras, pedreiros, padeiros, balconistas, costureiras e trabalhadores em serviços gerais. A maioria recebe salário mínimo.



Saúde

UPAS: você está satisfeito com o atendimento? Escreva para nós.

As UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) foram criadas em 2007 para desafogar as emergências.

Agora, será que elas funcionam?

A Secretaria Estadual de Saúde diz que sim. Os usuários não estão de acordo.

Lucimar Rodrigues, 44 anos, mora na Nova Holanda. Ela diz que faltam pediatras na UPA da Maré. "Uma vez meu filho cortou a cabeça. Levei ele na UPA daqui e não consegui atendimento porque me informaram que não tinha pediatra. Ainda ouvi que ali só conseguiria atendimento se fosse

algo grave. Só consegui atendimento na Ilha do Governador. Em outra ocasião, quando procurei o serviço para minha mãe de 69 anos, a história foi a mesma" revela.

"A saúde aqui dentro da Maré é muito triste, as pessoas dizem que a UPA não tem médicos, é só enfeite", afirma a comerciante Teresa Pereira, 47 anos, moradora da Vila do Pinheiro.

Mônica Galvão, 30 anos, moradora da Vila do João, também reclama da falta de qualidade no atendimento. "No início da UPA tínhamos médicos, hoje não tem nada. Minha filha passou mal e quando eu cheguei não tinha médico. Não tem

clínico, não tem ortopedista, não tem nada", completa.

De acordo com o Ministério da Saúde há 77 UPAs no Brasil. No estado do Rio de Janeiro são 37. A capital conta com 25 unidades, sendo seis de administração municipal e 19 de responsabilidade estadual. "O porte das UPAs é planejado de acordo com o número de habitantes que utilizarão os serviços".

No caso da CDD, a UPA inaugurada em junho de 2010 foi projetada para atender 150 mil pessoas da região. De acordo com a Prefeitura, que administra a unidade, esta UPA conta com atendimento médico e odontológico para crianças e adultos.

A Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil (Sesdec) avalia como positivos os resultados obtidos. De acordo com a assessoria de comunicação, "a rede de UPAs já realizou mais de 5 milhões atendimentos, distribuiu mais de 33 milhões de medicamentos e realizou 3,8 milhões de exames. A Secretaria realiza pesquisas que apontam que o índice de satisfação dos pacientes e seus familiares com está acima de 74%, chegando em algumas unidades a 93% o índice de satisfação",

Entretanto, essa não é a realidade retratada pelos usuários entrevistados por esta reportagem.



Tome nota:

Para fazer reclamações e dar sugestões para a Sesdec sobre o atendimento nas UPAs estaduais, os usuários devem entrar em contato com a Ouvidoria da Sesdec, pelo telefone 0800-025-552, de segunda a sexta-feira de 7h às 19h. O serviço não funciona nos feriados.

Já para os pacientes que procuraram UPAs municipais, os telefones de contato da Ouvidoria Central da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil são 2976-2213, 2273-0846 e 2293-6462 e o funcionamento é de segunda a sexta-feira em horário comercial.



Por Zélia Dazzi*

Cheguei às 14h. Fiquei observando. Uma senhora fica na porta e chama um a um na fila de espera do lado de fora. Fui conversando com as pessoas que saíam, mas para minha surpresa elas ainda estavam esperando o atendimento. Algumas me disseram que estavam ali desde as 9h da manhã, que levaram uma hora na fila, mais duas horas para ser chamados para fazer a ficha e até aquela hora, 14h, ainda não tinham sido chamados para se consultar.

Às 14h40 algumas pessoas estavam saindo já atendidos. Perguntei a que horas chegaram na unidade. A resposta foi 6h da manhã. Outros não queriam papo. Estavam mal humorados, xingando tudo e todos. Saiu um senhor xingando. Aproximei-me meio receosa de levar um fora e perguntei se ele não tinha sido atendido. Ele falou que a mulher dele estava passando mal e tinha chegado às 9h com

muitas dores. Contou que ele chamou a enfermeira para passar a senhora na frente dos outros pacientes. Ela respondeu que queria conversar com a doente, mas não deu tempo. A mulher desmaiou. Aí, sim, ela passou na frente. O cidadão estava furioso porque foi preciso que a mulher desmaiasse para ser atendida.

Saiu uma jovem de nome Clara Maria reclamando que tinha chegado às 9h e já ia dar 3h e ainda não tinha sido chamada. Perguntei quantas pessoas tinha lá dentro. "30", ela respondeu. "Só tem quatro consultórios para atender a todos". Ela estava preocupada porque tinha que levar para o trabalho um comprovante. A moça trabalha como caixa de farmácia. Perguntei a idade, ela disse que tem 18 anos.

Depois disto, dei por encerrada a minha pesquisa na UPA de Jacarepaguá.

**Zélia é repórter do Vozes das Comunidades*

Um dia na UPA de Jacarepaguá

O Vozes das Comunidades quer saber a sua opinião sobre o atendimento nas UPAs

ESCREVA PARA NÓS E DIGA:

A) Você conseguiu resolver o seu problema de saúde?

B) Quanto tempo você teve de esperar para ser atendido.

C) Você recomendaria para um amigo doente que fosse a um destas unidades?

Nosso endereço:

Rua Alcindo Guanabara, 17
sala 912
(ao lado da Câmara Municipal)
CEP: 20031-130 - Centro - RJ

Nosso e-mail:

jornalvozesdascomunidades@gmail.com

Nosso telefone:

(21) 2220-5618

LEIS SÓ NO PAPEL: Brasil ratifica convenções e tratados de direitos humanos, mas não os cumpre

Pastoral Carcerária denuncia tortura no Brasil

“Depois de 25 anos do fim da ditadura militar a tortura ainda existe no Brasil”. Essa é a primeira frase do relatório Uma Experiência de Monitoramento de Detenção para Prevenção da Tortura, produzido pela Pastoral Carcerária. O texto revela que a tortura é generalizada e que policiais e agentes penitenciários são os principais agressores.

Por Tatiana Lima*

Em maio de 1997 a Pastoral Carcerária entregou ao governo Austríaco, à União Européia e ao Alto Comissariado da ONU um documento com casos de tortura denunciados às autoridades brasileiras e que não resultaram em providência alguma. Em seguida, membros da Anistia Internacional e da Pastoral visitaram governos no mundo solicitando a atenção contra as torturas, extermínio e outros tratamentos cruéis e de-

gradantes no sistema prisional do Brasil. Porém, esta realidade continua presente.

Entre os 211 casos recebidos pela Pastoral, entre 1997 e 2009, 51 se referem a casos de violações contra presos envolvendo policiais, diretores de unidades, agentes penitenciários e delegados. No relatório divulgado em 24.08, a Pastoral revela que a tortura ainda existe no Brasil. É uma prática perpetuada na realidade do padrão de conduta da polícia brasileira, oriunda dos porões da ditadura militar.

FOTO: TATIANA LIMA



Um caso igual a milhares de outros

Jovem é inocentado depois de 16 dias de tortura

A tragédia de uma mãe que vê o filho entrar num caminho sem volta

Na sala de casa, sentada no sofá estampado, num domingo de inverno, no dia 16 de agosto, estava Maria (nome fictício). Brasileira, moradora de favela, faxineira aposentada e mãe de dois filhos. Um de 10 anos, outro de 29 anos. Um, estudante do 3º ano do ensino fundamental; outro traficante.

Maria, sempre risonha, foi contando a história de vida, luta, crime, castigo e medo que viveu nos últimos anos. Como tantas mães, ela viu o filho mais velho desistir de estudar, não conseguir trabalho e se envolver com o tráfico de drogas. Isso, ainda antes de completar 21 anos. Desde o primeiro dia, a cada ação da polícia no morro, o coração disparava. “Mas fazer o quê? A gente fala, mas adianta?”, indaga Maria, que já sabe a resposta.

Batidas na porta

Numa terça-feira, de abril de 2003, Maria acordou com batidas na porta de casa. Lá estavam eles: os policiais. Revistaram a casa e saíram. Entretanto, o dia estava só começando. Maria foi chamada pelos vizinhos: corre que pegaram teu filho. Ela correu para a

quadra. De cabeça baixa, o filho mais velho olhava a mãe e balbuciava: - Mãe, fica calma. Foi junto para delegacia. Queria notícia do filho. Também queira entender o que estava acontecendo. Maria não é burra. Sabe muito bem que o filho é traficante e já esperava o dia que a delegacia seria o local de encontro do filho, na melhor das hipóteses. Mas o filho sempre foi “café pequeno”.

Acontece que, através de uma denúncia feita por um sequestrador relâmpago preso no dia anterior daquela ação da polícia, o filho foi acusado de ter realizado um seqüestro seguido de morte. Ela sabia que só depois de vinte dias poderia ver o filho, mas todo dia tentava mesmo assim.

A tortura e calvário

Se não fosse mãe, Maria conta que não teria reconhecido o filho. Os braços estavam muito roxos. O rosto inchado. O filho não se mexia muito. As dores não deixavam. Tentou evitar falar muito. Até que a mãe suplicou por uma palavra. Falando um pouco enrolado, o filho respondeu que agora estava bem. Contou que tinha sido muito “judiado”, mas que um policial ficou com pena e deu para

ele pomada de arnica, remédio e um chá para aliviar as dores.

O problema é que a pena do policial só chegou depois de 16 dias de tortura. Após ele ter ficado por dois dias preso, amarrado num pau, de cócoras, com um saco plástico na cabeça, levando choques até sangrar e perder os sentidos várias vezes.

O saco só saiu da cabeça quando desmaiou e acordou com água jogada no corpo, já desamarrado e posto no chão frio. Foi quando percebeu que tinha perdido um pedaço da língua. Por isso, a resistência em falar. Não queria que a mãe se preocupasse muito. Mas estava tão “quebrado”, que desistiu de esconder qualquer coisa.

Maria continuou contando coisas, contratou um advogado. Pagou propina para o filho ter um pouco de conforto, como colchonete e televisão. O filho foi a júri popular. Além de ser acusado do seqüestro seguido de morte, tentaram ainda colocar mais outros dois homicídios nas costas dele. Também foi acusado de resistência à prisão e porte de armas.

No julgamento, a juíza perguntou se o réu declarava-se culpado e inocente. A resposta veio rápida e firme:

- Culpado de tráfico. Culpado de porte de arma. Culpado de resistência à prisão,

senhora. Mas não sequestre, não matei ninguém. Nunca.

Juri incenta a vítima

O Júri popular foi unânime. Ficou provado que o filho de Maria não teve nenhum envolvimento em nenhum dos crimes de homicídio. Saiu do julgamento preso para pagar pelo que fez: tráfico.

Por três anos e meio cumpriu pena em Bangu. O filho de Maria já está solto. Com bom comportamento cumpriu 1/6 da pena. Saiu da prisão, mas não quis voltar para o morro onde nasceu, foi criado e se tornou traficante. Nos dois anos e meio de prisão não aprendeu nada. Não recebeu sequer um curso profissionalizante.

A volta para o tráfico

Saiu da cela do sistema penitenciário de Bangu, ficou duas semanas junto da mãe e voltou para a cela do tráfico em outro morro. A mãe já desistiu. Para ela não tem como o filho sair do tráfico. O filho não deve nada. Continua a ser mais um “café pequeno”. Mas ela pergunta: - Ele vai sair pra onde?

*Tatiana Lima é jornalista

Mulheres

A cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil

Entre 1997 e 2007, 41.532 mulheres foram assassinadas: dez mulheres por dia são assassinadas no Brasil. A cada duas horas uma mulher é morta no país. 68% dos filhos assistem às agressões.

Em 2010 a aprovação da lei Maria da Penha completa quatro anos. Esta foi uma grande vitória, pois torna crime e pune a violência doméstica contra as mulheres. A lei cria medidas de proteção como o afastamento do agressor da residência. Mesmo assim, começamos o ano com muitas mulheres sendo mortas por violência de seus companheiros e ex-companheiros.

Dayana Alves da Silva, 24 anos, morreu após dois meses internada, depois de ser incendiada com gasolina por seu ex-marido. Orestina Soares, 53 anos, foi morta a pedradas por seu namorado, na Baixada Fluminense. E o mais conhecido caso, de Eliza Samudio, 25 anos, desaparecida e barbaramente assassinada. O principal suspeito é seu ex-namorado.

Para dar um basta nesta violência, o Movimento de mulheres do Rio de Janeiro vem organizando uma série de atividades. A intenção é protestar contra

os casos de violência contra a mulher e envolver a sociedade no seu combate.

Mais de 1.000 assinaturas

O Manifesto "Por Mim, Por Nós e Pelas Outras", um abaixo assinado na internet (www.petitiononline.com/mulher8/), em um mês reuniu mais de 1.000 assinaturas. São feitas ações de rua com faixas, distribuição de materiais e encenações. Tudo para cobrar do governo políticas públicas de proteção à mulher e que a lei Maria da Penha seja realmente cumprida.

A ministra Nilcéia Freire, da Secretaria de Políticas para Mulheres, reconhece que ainda há desafios para a implementação da lei 11.340. "Uma política de enfrentamento da violência contra as mulheres precisa ser feita de maneira persistente e continuada. E é muito importante também que os governos estaduais abracem essa luta e coloquem no centro das suas agendas essa questão", disse.



ONDE PROCURAR AJUDA
 Centro de Atendimento à Mulher
 Rua Regente Feijó, 15 – Centro - Rio
 Tel: 2332-7199
 Central de Atendimento à Mulher
 Tel: 180

Mães meninas precisam ser cuidadas

Ter filhos muito cedo pode atrapalhar os planos das jovens mães. Como lidar com a gravidez precoce de muitas adolescentes e jovens? É mesmo necessário largar tudo para ficar em casa cuidando do recém-nascido? Como se prevenir de uma gravidez não desejada?

Camisinha, anticoncepcional, métodos contraceptivos... Mesmo com toda a divulgação sobre como se prevenir de doenças transmitidas pela relação sexual e de uma gravidez, ainda há falta de informações de onde adquirir esta prevenção e de como usar. O resultado é que muitas jovens se tornam mães muito cedo.

A isto se soma a falta de diálogo entre os parceiros, vergonha de usar a camisinha, vergonha de conversar com pessoas mais velhas.

Quando a gravidez acontece quase sem-

pre recai sobre as jovens mulheres a responsabilidade de cuidar dos bebês. Elas largam a escola. "Tive que deixar de estudar para cuidar da minha filha de quatro meses, pois não tenho com quem deixar e o pai dela não ajuda", afirma uma jovem mãe de 13 anos, moradora da Vila Autódromo, na Zona Oeste do Rio.

"Não tenho do que reclamar da minha antiga escola, pois os professores eram ótimos" conta Jéssica, 19 anos e mãe de três crianças. Ela mora na Vila Moretti e abandonou a escola para cuidar das crianças".

Ter um filho muito cedo interfere nos planos e nos projetos de vida destes jovens. As jovens mães, principalmente, não encontram outra saída a não ser deixar de estudar para cuidar dos bebês ou trabalhar.

Falta apoio da sociedade

Não deveria ser tão difícil dar continuidade aos estudos em caso de gravidez se, de fato, nossos direitos fossem garantidos.

Cabe aos governos garantir serviços de saúde, creches, e também a permanência destas jovens na escola.

LEI N° 6. 202/75

. Garante às estudantes realizar exercícios escolares em casa do oitavo mês até os três meses após o parto.

. Garante o afastamento e o direito de realizar as provas finais se for comprovado a necessidade médica.

Reforma agrária



**Vozes das Comunidades
vota a favor do limite
da propriedade da terra**

**AS DUAS PERGUNTAS
DO PLEBISCITO**

- 1** VOCÊ CONCORDA que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho?
- 2** VOCÊ CONCORDA que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade?

Liberdade. Quem não quer liberdade? Liberdade de ir e vir, acordar ou dormir, trabalhar ou descansar, enfim, liberdade de ser ou não ser. Ninguém ousaria dizer que é contra a liberdade.

Por Alan Tygel

No entanto, quando olhamos para o mundo capitalista, percebemos que a liberdade fundamental é uma só: a liberdade de comprar. Podemos comprar tudo o que quisermos: geladeira, fogão, carro, chiclete. Até mesmo coisas que o homem tira da natureza nós podemos comprar: frutas, legumes, peixes. Mas não paramos por aí. Elementos da natureza, que já estavam na Terra muito antes do ser humano chegar, até eles podemos comprar. Água. E terra. O que não se diz é que temos a liberdade de comprar tudo apenas se tivermos dinheiro. Mas... Se a água e a terra já estavam

aqui quando nós chegamos, como é que alguém pode vendê-los? Como alguém pode se dizer dono de uma coisa, se essa coisa já nasceu sem dono? Se não foi fruto do trabalho de nenhum ser humano? A junção destes dois absurdos: a liberdade apenas para comprar, e a terra transformada em mercadoria, resultou na vergonhosa concentração de terras que temos hoje no Brasil. As terras de 1% dos proprietários ocupam 44% do país. Isso mesmo: cerca de 50 mil pessoas são donas de quase metade do Brasil, que tem uma população de 190 milhões. Isso é justo? É justamente esta a pergunta que faz o plebiscito popular pelo limite de propriedade da terra. Os movimentos

sociais querem saber se a população acha correto esta desigualdade. Enquanto uns poucos têm terras a perder de vista, milhões de sem-terra seguem sofrendo em acampamentos precários, em beiras de estradas sob a lona preta, sol e chuva. **Saiba o que propõe a campanha** A Campanha pelo Limite de Propriedade da Terra propõe uma lei que limite o tamanho máximo das fazendas a 35 módulos fiscais. Um módulo fiscal é o suficiente para uma família se manter dignamente e produzir alimentos saudáveis. O limite afetaria apenas 1% das fazendas do Brasil, e mesmo assim poderia liberar 200 milhões

de hectares para reforma agrária. Para fortalecer a lei, a campanha está coletando assinaturas pelo site: www.limitedaterra.org.br. Além das assinaturas, está organizando a consulta popular - o plebiscito - cujo resultado vai ser divulgado em breve. Tanto as assinaturas quanto o resultado do plebiscito serão enviado à câmara dos deputados junto com o projeto de lei. Por isso, quanto mais assinaturas e votos, melhor. **O jornal Vozes das Comunidades vota a favor do limite, e vota SIM para as duas perguntas. Faça o mesmo!**

Voices da América Latina



América ferve em iniciativas de Comunicação

Governos progressistas estimulam democratização da mídia

Por Bruno Zornitta*

O problema não é que as maiorias não tenham voz, e sim que estejam amordaçadas. A frase é do escritor uruguaio Eduardo Galeano, autor do livro "As veias abertas da América Latina", que retrata a histórica exploração de nossos povos.

Tanto no Brasil, como nos países irmãos de nossa América, os poderosos dispõem dos meios para gritar mais alto e fazer valer seus pontos de vista. Em suas mãos, estão jornais, tevês, rádios – qua-

se a totalidade da mídia.

A Rede Globo do Brasil, a Televisa do México, o grupo Cisneros da Venezuela e o Clarín da Argentina controlam 60% dos mercados de mídia na América Latina. Hollywood produz 77% dos programas que assistimos na região.

Nossas vozes são o contraponto. Vozes que estão nas mídias comunitárias, nos veículos dos movimentos sociais e de gente que se dispõe a fazer a guerrilha da informação. Nosso poder de fogo é infinitamente menor que o de nossos inimigos, mas seguimos dia a dia como nosso trabalho de formiguinha.

O trabalho é duro, mas os ventos sopram a nosso favor. O surgimento de governos progressistas em nossa América – sobretudo na Venezuela, Bolívia e Equador – é um bom sinal. Políticas públicas de incentivo às mídias comunitárias e contra o monopólio da informação começam a ser adotadas na região.

Na Bolívia, por exemplo, o presidente Evo Morales criou a Rede de Rádios dos Povos Originários da Bolívia, sob o lema "a voz dos que não têm voz". A Venezuela adotou uma Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão. O Uruguai aprovou uma

das leis de radiodifusão comunitária mais avançadas do mundo. A Argentina aprovou, neste ano, uma lei de mídia anti-monopolista. E há muitos outros exemplos.

Temos um longo caminho pela frente e o desafio é grande. Mas a conjuntura internacional nunca foi tão favorável a nós. A América Latina ferve em iniciativas democráticas de comunicação. Do norte do México ao sul da Argentina, "tamo junto e misturado".

*Bruno Zornitta é jornalista convidado a escrever no Vozes das Comunidades

RADIODIFUSÃO

O que diz a proposta de lei

Medida dos Kirchners é considerada intervencionista pelos opositores

Distribuição de licenças

- 1/3 Emissoras estatais
- 1/3 Emissoras de grupos sem fins lucrativos, como sindicatos, fundações e igrejas
- 1/3 Emissoras comerciais

Limite geográfico

- TVs estatais terão alcance de 100% do território nacional
- TVs comerciais transmitirão no máximo para 35% da população

Interesses

- Quem perde**
Principal perdedor é Grupo Clarín, maior empresa de mídia do país
- Quem ganha**
Empresas telefônicas, sindicatos e empresários aliados dos Kirchners

Regras por setor

- TV a cabo**
Estado ganha poder de regular tarifas e retirar licenças de TV aberta para prestadores de TV a cabo
- TV Aberta**
Canais deverão ter 60% da programação produzida nacionalmente. Parlamentares e servidores públicos não poderão ser donos de canais
- Rádios**
Emissoras terão forte regulação estatal e deverão transmitir, no mínimo, 30% de música nacional. Poderão transmitir sem restrições jogos de futebol
- Telefonia**
Acaba a limitação atual e as telefônicas ficam liberadas para prestar serviços de TV a cabo e internet

INFORMACIONAL